



**Universidade Federal do Recôncavo
da Bahia**
Centro de Artes, Humanidades e Letras
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública



LUIZ RICARDO SANTANA DA SILVA

**AS POSSIBILIDADES DE INTERSETORIALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE
CACHOEIRA – BA.**

Cachoeira
2019

LUIZ RICARDO SANTANA DA SILVA

**AS POSSIBILIDADES DE INTERSETORIALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE
CACHOEIRA – BA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Lys Maria Vinhaes Dantas

Cachoeira
2019

LUIZ RICARDO SANTANA DA SILVA

As possibilidades da intersectorialização no Município de Cachoeira – BA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovado em 18 de dezembro de 2019.



Olivia Maria Costa Silveira

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia
Secretaria Municipal da Educação de Pojuca - Bahia



Doraliza Auxiliadora Abranches Monteiro

Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Lys Maria Vinhaes Dantas

Professora Orientadora
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus sem ele nada seria e não teria percorrido todo esse caminho que foi de muita luta dor e cansaço mais que com a sua ajuda conseguir vencer e foi atrás deste louvor que minha forças renovavam. Os sonhos de Deus são maiores que os teus tão grandes que nem pode imaginar não desanime, filho eu vim te consolar nas minhas promessas volte a acreditar os sonhos de Deus são maiores que os teus por isso vale a pena acreditar o dia está chegando, eu vou te renovar a minha presença tu vais prosperar.

Agradeço a minha orientadora Lys Vinhaes Dantas por aceitar conduzir o meu trabalho de pesquisa, pela paciência, apoio e incentivo, pois sem eles não teria chegado aqui. A todos os meus professores do curso de TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA da Universidade FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA pela excelência da qualidade técnica de cada um.

Aos meus pais: Edson da Silva e Rosangela Maria Santana e meu irmão Edson da Silva Junior que sempre estiveram ao meu lado me apoiando E incentivando ao longo de toda a minha trajetória.

À minha esposa Daiane Conceição Silva de Almeida e filho Luiz Ricardo Santana da Silva Filho pela compreensão e paciência demonstrada durante o período do projeto.

A minha querida Vó Neuza Santana Santos a quem devo todo o meu respeito e admiração obrigado pelo seu carinho incondicional.

A todos os meus familiares, pois a família é a base do nosso sucesso gostaria de deixar essa frase a vocês: “Meu mundo é minha família, pois só junto de todos que fazem parte dela me sinto verdadeiramente feliz”.

Não poderia também de deixar o agradecimento aos meus colegas de trabalho, pois cada um do seu jeito contribuiu e muito para chegar até este momento, pois foram longas conversas e concelhos e ajudas de todos os gêneros para que a cada dia eu me manter-me de pé. Obrigado de coração.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado. E a todos aqueles que realmente torceram por minha vitória.

SILVA, Luiz Ricardo Santana da. **As Possibilidades de Intersetorialização no Município de Cachoeira-Ba.** 41 p. Trabalho de Conclusão do Curso de Tecnologia em Gestão Pública – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2019.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão do curso aborda as possibilidades de intersectorialização no município de Cachoeira – Bahia, com base em uma investigação realizada por meio de entrevistas que buscaram a percepção dos secretários e membros de uma parte do conjunto de secretarias do município sobre as possibilidades de se criar estratégias e políticas públicas de maneira intersectorial e as ações intersectoriais já existentes. Dos resultados, observou-se que as políticas existentes no município, na sua grande maioria, vêm de cunho da União, não existindo políticas criadas e pensadas de maneira compartilhada no próprio município. Ficou evidente que eles entendem a intersectorialidade como uma estratégia de tamanha importância para a gestão e atividades municipais, mas também podemos observar que não existe políticas públicas pensadas de maneira intersectorial formuladas pelos agentes municipais e sim políticas das esferas estaduais e federais que, mesmo assim, no chão do município, andam de maneiras separadas.

Palavras-chave: Intersetorialidade, políticas públicas, parcerias, rede, estratégia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ciclo das Políticas Públicas apresentando suas fases através do Infográfico	5
Figura 2: Organograma do Executivo de Cachoeira, Ba, 2019	22
Quadro 1: Indicadores socioeconômicos do município de Cachoeira	17
Quadro 2: Indicadores de Educação do município de Cachoeira	18
Quadro 3: Indicadores sobre Trabalho e rendimento	19
Quadro 4: Dados da Saúde	20
Quadro 5: Dados gerais sobre os sujeitos entrevistados – Cachoeira, 2019	23
Quadro 6: Categorias da Dimensão Percepção sobre intersetorialidade	24
Quadro 7: Categorias da Dimensão Avaliação dos pontos positivos	25

SUMÁRIO

SUMÁRIO	8
1. INTRODUÇÃO	1
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	4
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS	4
2.2 INTERSETORIALIDADE	7
2.2.1 Experiências exitosas na intersectorialidade	12
2.2.2 Limites e possibilidades da intersectorialidade	14
3. MÉTODO	16
3.1 Gestão Municipal de Cachoeira	17
4. RESULTADOS	23
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	29
APÊNDICES	32

1. INTRODUÇÃO

O problema da intersetorialidade no Brasil contemporâneo se dá em diversos contextos da implementação das políticas públicas sociais, econômicas e políticas do nosso país. Sendo assim, podemos observar que este fenômeno de articulação entre setores sofre uma grande pressão daqueles que assumem a responsabilidade de dar mais eficiência e agilidade aos processos, pois os mesmos não têm a devida noção, preparo ou sensibilidade do que seja de fato um trabalho intersetorial, pois ainda se mantem a tradição da repartida de cargos por questões políticas, que não visam o preparo devido do indivíduo para assumir uma determinada pasta.

No Brasil ainda impera uma visão de gestão setorial. Este modelo dominante em nosso cenário é caracterizado por estruturas rígidas, lentas, ineficientes e falhas em trazer expertise para dentro de nossas organizações e que são consideradas incapazes de se relacionar. Uma ferramenta que já se mostrou ineficiente e exaustiva para os serviços públicos, uma vez que seus objetivos e diretrizes não têm servido de base para o órgão poder chegar ao futuro desejado. Ou seja, alcançar uma política pública mais eficiente e articulada para sanar ou tentar amenizar uma questão social. Pois, na atualidade, com os novos modelos de políticas públicas pautadas nas garantias de direitos, se discute a respeito de ações articuladas e a intersetorialidade tem se destacado como elemento fundamental, visando-se expandir e potencializar os direitos dos usuários como também os resultados dos serviços prestados à população. Nesse sentido se faz necessária a reflexão – urgente - sobre a mudança das nossas estruturas e pensamentos sobre o modelo de gestão que está sendo aplicado em nossas repartições federais, estaduais e municipais.

Trazer à tona a presente discussão acerca das transformações na forma de se planejarem as políticas públicas é fundamental, principalmente o modelo de gestão intersetorial ser uma nova estratégia necessária e importante para os gestores envolvidos em tal temática e para a sociedade, enquanto componente fundamental no processo da formulação e aplicação de uma política pública, pois a administração pública vive um grande momento de transformação com a inclusão de novos procedimentos, conceitos e práticas que propõem novas regras e possibilidades de

tratamentos a temas tradicionais e atuais, pois a atual dinâmica do nosso país, com toda a sua problemática, exige que se elaborem novas estratégias que sejam capazes de enfrentar as implicações deixadas pela questão social.

A intersetorialidade é a junção de saberes e experiências na construção, realização e avaliação de ações para alcançar efeitos adequados em situações complexas visando ao desenvolvimento e combate à exclusão social. Nessa perspectiva, a intersetorialidade é identificada como uma articulação de saberes e experiência, no movimento do planejamento, da implementação e avaliação das políticas públicas, criando assim melhores resultados nos níveis de evolução. Mostra-se como uma estratégia operacional de efetivação e compreensão para que se obtenha na gestão um trabalho focado em rede, de forma compartilhada, para uma possível articulação entre os setores com a intenção de que os atores envolvidos desenvolvam planos adequados que, de fato, resolvam os problemas sociais da população a qual se beneficiará da política aplicada. (BRONZO e VEIGA, 2007).

O objetivo deste projeto de pesquisa é **analisar a percepção sobre a importância de políticas intersetoriais a partir da contribuição e falas dos chefes do poder executivo no que diz respeito à implantação e implementação da intersetorialidade nas discussões das políticas públicas do município de Cachoeira Bahia**, cidade que fica localizada no recôncavo baiano com uma população aproximada de 33.000 habitantes e também conhecida como Cidade Monumento Nacional, pois possui um belíssimo conjunto arquitetônico. Neste cenário, a investigação identificará também as dificuldades e tensões de diversas ordens para tal articulação intersetorial, que afetam e obstaculizam esse processo conjunto e participativo, que pode trazer tantos benefícios na prestação de serviços aos usuários, como também na economia de tempo e recursos das organizações que serão aplicadas às políticas públicas, focando os entraves que as Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Assistência Social, Cultura e Esporte encontram para pôr em prática ações conjuntas entre os setores para a formulação/implementação de políticas públicas intersetoriais.

A escolha desse tema se deu pela inquietação do autor desse trabalho, aluno em Gestão Pública da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB e servidor municipal de Cachoeira-Ba, em querer analisar na prática de forma mais

eficiente os diálogos estabelecidos entre as secretarias do município acima mencionado, para que se tenha mais qualidade nas ações e serviços prestados à população e na busca de políticas eficientes que venham dar efeitos mais abrangentes.

Nessa direção, a intersectorialidade busca o fortalecimento e agregação de saberes divididos entre todos os âmbitos de atuação, por meio de agendas das secretarias no que diz respeito ao planejamento e à consolidação das ações para o avanço da gestão compartilhada nas políticas públicas municipais, fazendo com que esse processo de governança, conjunta e participativa, traga grandes proveitos à rede local.

Assim, este trabalho está dividido em quatro capítulos, além desta Introdução, que aborda um pouco sobre a cidade de Cachoeira-BA e nossas inquietações sobre temáticas como políticas públicas e a intersectorialidade.

Para entendemos melhor, abordamos também um pouco sobre políticas públicas, limites, possibilidades e experiências exitosas com a intersectorialidade.

Outro ponto desse trabalho são as entrevistas que tratam sobre o ponto de vista de alguns secretários e membros das secretarias municipais, ou seja, como eles entendem a relação dessas temáticas e suas atuações nas decisões enquanto responsáveis e representantes públicos. O último ponto foi escrito com base nas respostas dos secretários às entrevistas e teve como finalidade entender algumas ações e decisões dos representantes públicos do nosso município no que se refere à implementação de políticas intersectoriais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

O termo políticas públicas remete a um conceito recente e amplo nas ciências políticas. A partir da segunda metade do século XX, a produção acadêmica norte-americana se empenhou sobre estudos que tinham por finalidade analisar e explicar o sentido do estado com a sociedade, uma vez que suas instituições administrativas impactam e norteiam diversos aspectos da vida da sociedade. Nesse sentido, pode-se concluir que as políticas públicas estão diretamente associadas às questões políticas e governamentais que mediam a relação entre estado e sociedade.

A política pública como área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos Estados Unidos rompendo ou pulando as etapas seguidas pela tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos (SOUZA, 2007:66-67).

Assim se fizeram necessários estudos no campo de Políticas Públicas para que possamos entender melhor os elementos que compõem esta ciência, para que se criem estratégias e possibilidades de melhoras para as ações futuras, criando assim dinâmicas para cada região, respeitando as suas características específicas. Vários termos são usados para definir a expressão “políticas públicas” desde a sua origem, muito pode ser dito sobre este fenômeno que se tornou o centro de discussões em todo o mundo. Ela é entendida por dois grandes estudiosos do assunto de maneira que eles a definem como:

Não há definição de políticas públicas precisa e universal (...). Há uma visão comum de que as políticas públicas envolvem o processo de fazer escolhas e os resultados das escolhas; de que o que faz as políticas públicas realmente “públicas” é que essas escolhas se baseiam nos poderes coercitivos do Estado, e que, em sua essência, política pública é uma resposta a um problema percebido (SMITH; LARIMER, 2009:04).

Destaca-se o Estado como ator principal no desenvolvimento das ações que norteiam as formulações das políticas públicas, dando apreciação sobre o que é ou não é uma política pública. Seu ciclo é composto pela identificação de um problema, estabelecimento de objetivos (soluções), escolha de formas de atuação, definição de um curso de ação específico e implementação das decisões. Outro aspecto frequente

nas definições é a importância do processo decisório, do processo político, das definições de prioridade, do próprio governo ou, ainda, a análise das redes, interações e competições entre os atores no sistema político, envolvendo partidos, atores formais e informais.

2.1.1 Ciclo das Políticas Públicas



Segundo Andrade (2016), as Políticas Públicas são soluções que o Estado oferece à Sociedade como a finalidade para resolver problemas coletivos, que podem ser efetivados através de ações e programas que devem estar organizados de forma viável e contínuo para que os resultados sejam positivos. Todo processo segue instrução apresentada na Figura 01.

Nesse sentido, as políticas públicas, até serem concluídas, necessitam passar por algumas etapas, para que haja um efetiva e abrangente alcance em busca de

resultados significativos na transformação de vida da sociedade, pois através desse ciclo alcançaremos os efeitos demandados.

Na primeira fase, que é a formação de agenda, se define através do planejamento, identificando os maiores problemas da sociedade que devem ter uma atenção maior, ou seja, se faz necessário que os dados demonstrem a condição de determinada situação, a emergência, os recursos disponíveis e principalmente entender o cenário em que a população se encontra.

Na segunda fase, deve-se construir a formulação da política, com a apresentação de soluções e alternativas para os problemas identificados durante o planejamento, ou seja, nesse momento a definição do objetivo da política pública, deve estar presente nos programas e ações propostas. Ainda na segunda fase “organizam-se as ideias, alocam-se os recursos e recorre-se à opinião de especialistas para estabelecer os objetivos e resultados que querem alcançar com as estratégias que são criadas”. (ANDRADE, 2016, s/n). E só depois os atores da proposta formulam suas respostas e planos para reduzir ou acabar com o problema encontrado.

Após a avaliação das alternativas, a terceira fase se define como o curso das ações que devem ser executadas, os recursos e prazo temporal das atividades desenvolvidas através das políticas públicas.

Na quarta fase, acontece a implementação da política pública, ou seja, é quando de fato as ações são executadas, colocadas em práticas e os recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos são necessários para executar o projeto.

Na quinta fase, também citada por Andrade (2016), se devem analisar as falhas, os acertos e como foi o andamento de todas as etapas do ciclo da política, assim buscando entender os efeitos que esta política teve no território que foi aplicada e se seus efeitos foram produtivos a nível da redução do problema que a produziu, dando assim o parecer das fases anteriores.

O reconhecimento do polo da política, no caso brasileiro, foi estimulado pelos desafios pós-democratização e pelas questões derivadas das transformações do Estado e do público no país. Os estudos sobre políticas públicas em particular refletem, por sua vez, uma demanda por reflexão sobre as “novas políticas públicas”, de âmbito federal, mas também,

crescentemente, de âmbito local. A descentralização pós-1988 trouxe consigo enormes desafios de formulação e de gestão de políticas públicas em âmbito local, desafios estes que acabaram se refletindo na agenda de pesquisa e de estudos no campo da administração pública (FARAH, 2011:32).

Essa citação nos remete a entender como as transformações e descentralização do estado brasileiro ajudaram na construção e elaboração dos planos de políticas públicas brasileiras, criando uma visão de modernização da administração pública, com a esperança de ultrapassar as velhas formas de políticas brasileiras (que eram pautadas por clientelismos e nepotismos), com uso da análise estratégica e do caráter técnico, tendo por objetivo tornar as políticas públicas mais efetivas, assim atingindo os resultados esperados.

Nesse sentido surge uma nova forma de se ver as políticas públicas, criando uma demanda coerente para que solucionem a grande cesta de problemas sociais. Por outro lado, sabemos que os recursos não são infinitos. Desse modo, a gestão das políticas públicas depende fortemente, entre outras coisas, da capacidade técnica dos (as) servidores(as) públicos(as) e do orçamento público.

E para que as políticas públicas sejam mais eficazes no seu planejamento e realização das suas ações, com redução de recursos financeiros e tempo, ou seja, que as execuções das ações e serviços sejam realizadas de forma consciente e colaborativa. Tudo isso acontece com a utilização da estratégia chamada de intersetorialidade, pois através desse novo modelo de fazer políticas públicas alcançaremos resultados que as práticas atuais como um novo espaço concreto para a resolução de problemas acumulativos históricos e organizacional, possibilitando que as repartições possam de maneira conjunta contribuir para uma melhor prestação de serviços à comunidade em geral (ANDRADE, 2006, p.282).

Este espaço será construído com a contribuição dos setores, que ali aportam seu acúmulo histórico e organizacional, teórico e metodológico, reconhecendo, no entanto, não ser o acúmulo setorial suficiente para a formulação no campo das políticas públicas [...] (ANDRADE, 2006, p. 282).

2.2 INTERSETORIALIDADE

A intersetorialidade tem sido debatida frequentemente nos tempos atuais, pois, diversos analistas e estudiosos de políticas públicas, a exemplo de Garajau (2013), a

entendem como uma tarefa urgente a ser implementada na gestão, que visa amenizar as características históricas do desmembramento das políticas sociais. Tratam-se de mecanismos de gestão e integração de ações, saberes e esforços de diferentes setores da política pública, com o objetivo de construir objetos comuns de intervenção entre eles, para o enfrentamento mais articulado dos problemas sociais.

Pensar sobre intersetorialidade no setor público municipal requer inovar, romper e ultrapassar o tradicionalismo, deliberando mudanças estruturais nos processos de serviços com o propósito de torná-los melhores, fazendo com que tenham redução de gastos, melhor eficiência na qualidade dos serviços e na implementação das políticas. Áreas como Assistência Social, Educação e Saúde possuem dados que, se utilizados de maneira integrada e com ações pensadas em conjunto, farão com que os diferentes setores que lidam com as vulnerabilidades e fragilidades multifacetadas – de natureza e aspectos diversos – dos núcleos familiares, encontrem saídas e soluções coletivas a partir destas ações intersetoriais (<https://blog.portabilis.com.br/intersetorialidade-das-politicas-sociassistenciais/>).

Um outro aspecto a ser destacado é que a experiência recente vem mostrando que a emergência do tema intersetorialidade na agenda pública de algumas cidades brasileiras é, via de regra, precedida de um aprofundamento do processo descentralizador intramunicipal, levado a cabo através da incorporação gradual de diversos atores às instâncias de decisão local, embora destaque a relação entre descentralização municipal e intersetorialidade. (MONNERAT; SOUZA, 2009)

É certo que muitas iniciativas inovadoras de integração entre as políticas sociais vêm ganhando espaço nos municípios, mas é forçoso reconhecer que estas ações esbarram em limites muitas vezes relacionados ao local das iniciativas. S Viana (1998) afirma que é problemático o fato de as práticas intersetoriais permanecerem restritas ao nível local e com características bastante experimentais; que também, de certa forma, podem ser pensadas através de práticas planejadas e executadas em atividades maiores de forma colaborativas e principalmente pensando no contexto social do lugar, ou seja, as políticas públicas precisam ser planejadas e executadas com a participação do seu público-alvo, que é a sociedade a qual será submetida a execução da política destinada para eles.

Andrade (2006) vem fortalecer o pensamento afirmando que sim existe uma inquietação na gestão pública sobre como se trabalhar de forma integrada para se lidar com a complexidade, mais também é notório a contradição do que é exposto na teoria com o que é realizado na prática, pois nossos conjuntos administrativos continuam com práticas setoriais bastantes resistentes a mudanças.

Há uma inquietação no interior do aparelho do Estado sobre como trabalhar com a complexidade. Sobre a intersectorialidade há um consenso discursivo e um dissenso prático. Esse dissenso nasce da contradição entre a necessidade de integração de práticas e saberes requeridos pela complexidade da realidade e um aparato de Estado setorializado, onde se acumulam, com maior ou menor conflito, poderes disciplinares e poderes advindos de composições político-partidárias (ANDRADE, 2006, p. 280).

A intersectorialidade nas políticas públicas passou a ser uma dimensão valorizada à medida que não se observava a eficiência, a efetividade e a eficácia esperadas na implementação das políticas setoriais, primordialmente no que se refere ao atendimento das demandas da população e aos recursos disponibilizados para a execução das mesmas fazendo assim um processo social com grande potencial de transformação na garantia dos direitos humanos (MAIA, 2005).

[...] um conjunto de processos sociais com potencial viabilizador do desenvolvimento societário emancipatório e transformador. É fundada nos valores, práticas e formação da democracia e da cidadania, em vista do enfrentamento às expressões da questão social, da garantia dos direitos humanos universais e da afirmação dos interesses e espaços públicos como padrões de uma nova civilidade (MAIA, 2005, p. 78).

Assim a intersectorialidade surge como uma estratégia para corresponder positivamente aos problemas e às mazelas enfrentadas pelas estruturas governamentais, pois ela lida com a articulação e estratégias de potencialidades voltadas para a superação de problemas complexos, cuja resolução está amparada nos esforços de diversos atores, estruturas e competências, com um sentido mais amplo: o atrevimento de romper com as estruturas reducionistas que usam como presunção que um setor sozinho poderá solucionar questões sociais multicausais como as atuais.

Atualmente quando se propõem a análise e a reflexão sobre o planejamento de políticas públicas, faz-se necessário o estudo sobre a efetividade dos direitos sociais e a importância do planejamento e execução de políticas públicas que estejam revestidas dos princípios do empoderamento das competências compartilhadas da

intersectorialidade com o conhecimento sobre o assunto abordado, pois é uma tarefa complexa pelo nível de entraves que se enfrentam para implementá-la, já que visa substituir a visão setorial e centralizada do poder por um pensamento mais aberto, compartilhado e democrático.

O termo intersectorialidade é indicado na literatura, segundo (Andrade,2004) “como um fenômeno entendido como detentora de vários sentidos”. Ela deriva da junção do prefixo inter, que pode ser agregado a um conjunto de saberes ao se entregar e se aproximar entre eles e formarem uma rede de articulação. O prefixo inter é oriundo do latim que significa “no interior de dois”; já a palavra setor, empregada na intersectorialidade, faz menção às políticas sociais que remontam aos processos de gestão para solução e alternativas mais concretas para as articulações, produzindo impactos positivos para as populações locais. Esse fenômeno de articulação é ainda pouco observado na esfera municipal em nosso país, pois só ganhou visibilidade através da descentralização do governo federal”.

O que caracteriza a intersectorialidade é a possibilidade de síntese de práticas. No entanto, sua possibilidade está na faculdade de reconhecimento dos limites de poder e de atuação dos setores, pessoas e instituições. Este reconhecimento de insuficiência não é propriamente uma facilidade para humanos, especialmente para quem goza das condições oferecidas pelo poder institucional (COSTA; PONTES; ROCHA, 2006, p. 107).

A elaboração de ações compartilhadas aparece como condição e entendimento na negociação de interesses comuns entre atores com conhecimentos diferentes (interdisciplinar), não eliminando a ideia síntese dos afazeres e atribuições individuais para a construção dos objetivos, mas, ao mesmo tempo, os atores que se propõem a esse enfrentamento precisam dialogar, agir em conjunto, buscar saídas coletivas. Isso porque a intersectorialidade pode ser um espaço de conexão que trará a possibilidade de revolucionar e de promover acontecimentos muito positivos para todas as áreas públicas, que estejam integradas através desse mecanismo.

Nessa perspectiva os defensores das políticas que adotam a intersectorialidade comungam que as políticas setoriais precisam ser urgentemente combatidas. A intersectorialidade “[...] é evocada por contrapor-se ao aparato setorial que molda as políticas sociais” (COUTO, 2004, p.183 apud MIOTO; SCHUTZ, 2011, p. 3). O pretendido é “[...] superar e minimizar as características históricas de fragmentação das políticas sociais, favorecendo sua integração” (GOMES,2012, p. 10).

A visão setorial pressupõe enxergar e observar uma determinada política social como uma ação separada e isolada entre as repartições que ocupam um mesmo território e comungam de um mesmo ideal, em lugar de uma postura intersetorial e interdisciplinar, de forma que possam trabalhar juntas em prol de uma determinada política, buscando o fortalecimento ao combate das dificuldades e mazelas no atendimento à população. Conforme salienta Garajau (2013, p. 3),

o fato de tomar a interdisciplinaridade como parâmetro no bojo da política pública “[...] não significa acabar com as estruturas setorializadas, e sim obter meios para articulá-las em busca de resultados sinérgicos, visando à integração dos componentes específicos para a construção de um conhecimento comum”. São mantidas “[...] a especificidade de cada setor com o objetivo de torná-los interativos e articulados entre si na busca de resolutividade para problemas complexos na ordem social” (GARAJAU, 2013, p. 3).

Fica evidente que a implantação da intersetorialidade não implicará a perda da essência de cada setor, que continuará com sua característica, pois a intenção da intersetorialidade é formar ou criar uma rede de interfaces de setores, seja ela municipal, estadual, federal ou entre organizações de diversas naturezas, com a ideia de superar as demandas e anseios da população de forma mais abrangente, pois estaria lidando com problemas que ultrapassariam a competência de um só órgão, desenvolvendo assim um olhar mais apurado e amplo sobre a questão social a ser enfrentada com um efeito mais propositivo.

Sendo assim, as organizações passam por um enfrentamento de entendimento da realidade social e organizacional para poder criar um novo modelo de gestão descentralizado na melhora no fornecimento da administração pública ao cidadão, pois, do ponto de vista da modelagem, a organização do aparato tradicional dos três níveis de governo no Brasil - federal, estadual e municipal responde, portanto, a antigos paradigmas da teoria clássica da administração. “” (INOJOSA 1998, pg.5).

Mas essa dinâmica vem sendo combatida e recriminada com uma nova forma de pensar política, um modelo que tem como vertente a intersetorialidade e introduzir uma forma compartilhada e articulada de se pensar as políticas sociais. Entretanto, nenhum processo de modernização, diz Martins (1994:183), "pode progredir e frutificar se não conta com o apoio de uma rede de órgãos especialmente criados para funcionar como o terreno no qual esse processo deita raízes, extraíndo daí a seiva que necessita para expandir-se". Para um novo modelo se firmar, é preciso que

se tenha certa insistência e assim ele venha de fato dar bons frutos e sobressair sobre o outro modelo setorial de gestão que vem sendo utilizado há anos em todo o território brasileiro e que não é diferente na cidade na qual se aplicou esse estudo.

2.2.1 Experiências exitosas na intersectorialidade

A intersectorialidade é vista como uma nova estratégia para a resolução de problemas de uma população em um determinado território, ultrapassando a responsabilidade de um único setor, pois é definida como a articulação entre sujeitos de setores sociais diversos, portadores de saberes, poderes e vontades diversas, para enfrentar problemas complexos, visando assim uma nova maneira de pensar e criar estratégias para lidar com o novo modelo de problemas sociais. Sendo assim, os governantes brasileiros se viram na necessidade de inovar e aderir ao novo modelo de se fazer políticas públicas, criando algumas políticas intersectoriais, como o Programa de Saúde da Família e o Bolsa Família.

Esses programas sociais são prioritários e têm como objetivo principal tomar a família como foco central de sua intervenção. Para os formuladores de tais programas, essa perspectiva tende a ampliar a atenção que há muitos anos é restrita aos indivíduos e incrementar a efetividade das ações públicas. Para isso é preciso considerar que ela pode significar uma tendência a atribuir às famílias a responsabilidade exclusiva pela satisfação de suas necessidades sociais e proteção de seus membros.

O Programa de Saúde da Família (PSF), estabelecido pelo Ministério da Saúde (MS) em 1994, foi adotado como estratégia para mudar a forma utilizada, até então, de assistir à saúde da população. Esta estratégia visa estimular a implantação de um novo modelo assistencial, por meio do qual as Equipes de Saúde da Família (ESF) passam a ser responsáveis por resolver a maior parte dos problemas de saúde da população, incorporando um leque de ações mais abrangentes.

A promoção da saúde é um dos principais focos do PSF, para isto a ESF deve articular-se com setores como a educação, saneamento, meio ambiente, obras, ação social, entre outros, e, também, organizações não governamentais e da sociedade civil, buscando a promoção da qualidade de vida e intervindo nos fatores que colocam a saúde da população em risco. Deste modo, o PSF é tido como um programa de

cunho intersetorial, que busca a participação da comunidade e parcerias com o setor privado, estimulando a cooperação social, e novas formas de gestão e controle social (VIANA,1998).

O Programa Bolsa Família (PBF) é um exemplo de programa de ação que demanda esforços intersetoriais. Possui três eixos principais: a transferência de renda para promover o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades para reforçar o acesso aos direitos sociais básicos de educação e saúde; e as ações e programas complementares criados pela Assistência Social, que buscam desenvolver as famílias, para que estas possam superar a situação de vulnerabilidade. (DEMETRA,2016)

Este programa (PBF), por ser um programa que é aplicado a famílias com baixa renda, precisa de um conjunto de objetivos básicos e estratégicos na promoção da intersetorialidade para assim atingir e complementar as políticas públicas que são oferecidas a este público, desde modo ampliando o envolvimento social que compreende a participação dos usuários, profissionais de diversas áreas, gestores dos setores envolvidos, para que o programa tenha uma boa implementação/execução de modo que seja muito melhor a identificação e possibilidades de atuação sem deixar de analisar as particularidades de cada território.

Nesse sentido, a intersetorialidade é a estratégia política que tem sido adotada pelas principais políticas públicas no Brasil, por atenderem às famílias em situação de pobreza e que enfrentam uma série de problemas que são consequentes não só da insuficiência de renda, mas também da insegurança alimentar e nutricional, da baixa escolaridade, da pouca qualificação profissional, da fragilidade de inserção no mercado de trabalho, do acesso precário à saúde e à moradia, entre outros fatores determinantes.

A intersetorialidade é uma área que está sendo bastante abordada por diversas áreas de conhecimento, pois traz em si um leque de possibilidades e estratégias para que possamos lidar com as complexidades das demandas atuais, mas não podemos deixar de falar que, como toda estratégia, ela também possui os seus limites.

2.2.2 Limites e possibilidades da intersetorialidade

No processo de elaboração das políticas públicas se pensam e se constroem propostas que podem incluir ou excluir políticas e incorporar ou se fechar a dimensão intersetorial das mesmas.

No contexto atual de políticas sociais ou políticas públicas, ganha-se uma grande influência de programas intersetoriais que, por sua vez, intensificam a participação da população na construção e aprimoramento de tal política, possibilitando assim uma melhor eficiência no controle social.

No entanto, nem tudo são flores quando se fala em gestão pública, pois, também existem os limites que impedem certa atuação de uma determinada ação como barreiras burocráticas, orçamentarias ou corporativas que impedem o desenvolvimento da política pública (Amorim; Gomes apud Viana, 1980, p. 31).

Entretanto, barreiras burocráticas e corporativas muitas vezes impedem o pleno desenvolvimento dessas experiências. Muitas ações encontram limites nos diplomas jurídico-administrativos que norteiam as ações do Executivo municipal e na resistência das associações e sindicatos de categorias profissionais a mudanças nas formas de contratação de profissionais e à expansão das atividades de auxiliares, agentes e educadores de uma maneira geral. Essas barreiras têm induzido, em alguns municípios, ou a criação de novos órgãos administrativos mais flexíveis (como fundações e autarquias especiais) ou o uso de associações da comunidade para a contratação e gestão de recursos humanos. (VIANA, 1980, p. 31).

Mesmo com alguns empecilhos encontrados no caminho, as políticas públicas em sua grande maioria contam com fundo de orçamento destinado a tal ação, que possibilita encaminhamentos para solucionar problemas de tal natureza criando planos destinados a se adequarem à situação local, fazendo com que as políticas se relacionem em formatos diferentes, mas cujo foco seja sempre firmado na busca de qualidade do público alvo em questão. Com essa ideia, estaremos sempre firmando parcerias intersetoriais.

Trabalhar em grupos de articulações ou em rede é um trabalho um pouco difícil, pois é preciso ter uma equipe bastante qualificada, capaz de solucionar problemas de diversas naturezas, pois é preciso que esses agentes tenham qualificações para que suas ações não retornem a ser uma série de rotinas fragmentadas e corporativas, como nas entidades que permanecem com atitudes setoriais.

Uma vez perfazendo a ação intersetorial, as redes de base local e/ou regional, reclamam por valorização e qualificação na interconexão de agentes, serviços, organizações governamentais e não governamentais movimentos sociais e comunidades. Intervir em rede, na atualidade, requer que se estabeleçam, entre as diversas instituições de defesa de direitos e prestadoras de serviços, vínculos horizontais de interdependência e de complementaridade (COMERLATTO, 2007, p. 269).

Entendendo essa circunstância, não podemos nos dar o prazer de sermos incompetentes, de atribuir essas ações para as repartições sem antes entendermos os propósitos de cada segmento para criarmos um plano de ações intercalado entre os setores, para que possamos ter uma verdadeira e eficiente articulação intersetorial.

Por isso vale ressaltar a importância de uma maior discussão sobre intersetorialidade como sendo um novo modelo de fazer gestão pública. Pode não ser a solução dos embaraços encontrados nas políticas públicas, pois estas enfrentam problemas políticos e econômicos/sociais, logo, é vista como uma prática ousada para se alavancar projetos políticos melhor elaborados e que irão romper com os paradigmas conservadores advindos das ideias setorialistas como forma de gestão, assim criando uma nova visão ao compartilhamento de saberes com projetos pensados na cidadania social e de forma democrática.

Assim, após essa articulação de ideias que abordam o caminho para se fazer intersetorialidade, buscamos organizar as estratégias e conteúdos para saber como se estabeleciam as relações intersetoriais entre as secretarias da gestão pública municipal da cidade de Cachoeira.

3. MÉTODO

Este projeto embasou-se em uma pesquisa de campo na cidade de Cachoeira-Ba, com a intenção de analisar a percepção sobre a importância de políticas intersetoriais a partir da contribuição e falas dos chefes do poder executivo no que diz respeito à implantação e implementação da intersetorialidade nas discussões das políticas públicas do município de Cachoeira Bahia. Com isso, durante os meses de outubro e novembro de 2019, fomos para o campo em busca de entrevistar os secretários e membros de algumas secretarias municipais de Cachoeira, no que diz respeito a sua percepção de um trabalho intersetorial.

Os sujeitos entrevistados foram: o Secretário de Esporte e o seu assessor, a Secretária de Educação e seu assessor, a Secretária de Assistência Social e sua assessora; na Secretaria de Cultura, não conseguimos agenda com o Secretário da pasta, apenas entrevistando o seu coordenador; o mesmo ocorreu na Secretaria de Saúde, apenas entrevistamos um de seus coordenadores com a finalidade de entender de que forma as políticas públicas do município eram aplicadas e pensadas na percepção daqueles que diretamente as executam e colocam as ações em prática. A escolha das secretarias foi feita por entender que essas são algumas das secretarias com mais visibilidade e também por possuírem mais políticas públicas nos contextos das suas ações.

Com o trabalho de pesquisa realizado junto às secretarias mencionadas, optamos por uma maior aproximação da realidade do grupo de gestores que direta ou indiretamente são responsáveis pela elaboração das políticas públicas, sejam elas intersetoriais ou não. O encontro foi único com cada um, por contato telefônico, e-mail ou nos seus locais de trabalho. Realizamos entrevistas semiestruturadas com 13 questões no roteiro, sendo elas questões subjetivas com itens que abordavam questões como formação acadêmica, políticas públicas, problemas, possibilidades e limites da relação que se estabelece entre os setores (Apêndice 01). Ao longo do percurso das entrevistas, foi necessário aprimorar o roteiro, corrigir expressões, etc. As entrevistas foram na sua maioria escritas, mas alguns entrevistados preferiram responder por meio de entrevistas gravadas.

As entrevistas foram gravadas usando o gravador de celular e posteriormente foram transcritas com a ferramenta do Google, com consentimento dos entrevistados (Apêndice 02).

Após as entrevistas, identificamos e organizamos o material coletado a partir do método de Análise de Conteúdo de Bardin, que pode ser definido como:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 47).

Nesse sentido, ainda segundo Bardin (2011), o método de pesquisa Análise de Conteúdo está dividido nas seguintes fases para a sua condução: (I) organização da análise; (II) codificação; (III) categorização; (IV) tratamento dos resultados e a (v) interpretação dos resultados.

3.1 Gestão Municipal de Cachoeira

A Cidade de Cachoeira-Ba, que está localizada no Recôncavo Baiano às margens do rio Paraguaçu, tem uma área territorial de 399,930 km² e uma população estimada em 33.470 pessoas (IBGE 2019) e é uma cidade muito rica pelo seu acervo cultural. Cachoeira foi fundada em 1531.

Para uma breve análise da sua estrutura econômica e social da cidade em estudo, vamos fazer uma breve demonstração sobre alguns dados relevantes extraídos do site do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Quadro 1: Indicadores socioeconômicos do município de Cachoeira

Indicadores	Valor
PIB per capita [2016]	R\$ 14.941,95
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,647
Total de receitas realizadas [2017]	R\$ 70.230,57 (milhões)
Total de despesas empenhadas [2017]	R\$ 52.722,54 (milhões)

Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE (2019).

Tomando como referência o quadro acima, observa-se que Cachoeira possui um significativo PIB *per capita*. No entanto, seu IDHM revela certo grau de vulnerabilidade com índice de 0,64, o que significa dizer que o município possui um índice de desenvolvimento humano “médio”, quando comparado com a Escala de IDH¹. Tal indicador revela a necessidade de se pensar: (i) quais políticas estão sendo desenvolvidas para melhorar o cenário do município? (ii) E quais aspectos estruturantes elas buscam resolver?

Para além dessas questões, constatamos que, no ano de 2017, o município arrecadou R\$ 70.230.000,57, uma média de R\$ 5.852.000 por mês. Apesar de não trazermos a evolução desse indicador, tais valores podem suscitar alguns questionamentos sobre: (iii) a natureza dos gastos e (iv) capacidade dos valores arrecadados em resolver problemas de pública relevância, o que pode comprometer a elaboração e execução de políticas públicas.

Quadro 2: Indicadores de Educação do município de Cachoeira

Indicadores	Valor
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	97,8 %
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2017]	3,8
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2017]	2,6
Matrículas no ensino fundamental [2018]	5.126 Matrículas
Matrículas no ensino médio [2018]	1.358 Matrículas
Docentes no ensino fundamental [2018]	282 Docentes
Docentes no ensino médio [2018]	99 Docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2018]	34 Escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio [2018]	7 Escolas

Fonte: IBGE 2018

¹ O IDHM é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, município, região metropolitana ou UDH (Atlas Brasil, 2013)

No Quadro 02, que nos remete a uma análise dos indicadores da educação do município de Cachoeira tomando como base dados do IBGE anos de 2017/2018, podemos notar que, no que se refere ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o município não conseguiu alcançar a média para aquele ano que estava estipulada 4,3 para os anos iniciais e 3,7 para os anos finais segundo o site de estáticas <https://www.qedu.org.br/cidade/5081-cachoeira/ideb>, ficando com uma média de 3,8 tanto nos anos iniciais como nos finais.

Assim precisa criar ações para que tal objetivo seja alcançado em busca de novos horizontes para educação municipal, com a criação de uma rede de parcerias articuladas na busca de fortalecer os laços que esta Secretaria tem com os demais setores da gestão municipal com um intuito de dar mais seguridade às suas políticas, assim assegurando aos seus alunos um ensino de qualidade, como também criando em suas escolas uma rede de prestação de serviço público, para que o possível aluno possa ter, naquele espaço, várias maneiras de direcionamento que lhe permita conseguir usufruir de maneiras mais prática e fácil de serviços como Saúde, Esporte e ações sociais, assim otimizando tempo e recursos.

Cachoeira tem o seu maior número de matrículas no ensino fundamental (5.126 alunos) e no seu ensino médio (1.358), totalizando um montante de 6.484 alunos, ficando a cargo da Secretaria Municipal de Educação os alunos matriculados desde a creche até o 9º ano.

Quadro 3: Indicadores sobre Trabalho e rendimento

Indicadores	Valor
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2017]	1,9 salários mínimos
Pessoal ocupado [2017]	3.939 pessoas
População ocupada [2017]	11,2 %
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	48,6 %

Fonte: IBGE 2018

Segundo dados do IBGE (2019), em 2017, o salário médio mensal do Cachoeirano era de 1,9 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 11.2%. Na comparação com os outros municípios do estado, Cachoeira ocupava as posições 97 de 417 e 75 de 417, respectivamente. Já na comparação com cidades de todo o país, Cachoeira ficava na posição 2403 de 5570 e 3051 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, havia 48,6% da população nessas condições, o que o colocava na posição 296 de 417 dentre as cidades do estado e na posição 1639 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Quadro 4: Dados da Saúde

Indicadores	Valor
Mortalidade infantil (2017)	22,73 Óbitos por mil nascidos vivos
Internações por diarreia [2016]	0,8 Internações por mil habitantes
Estabelecimento de saúde SUS [2009]	24 estabelecimentos

Fonte: IBGE 2018

A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 22,73 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0.8 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 84 de 417 e 259 de 417, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 827 de 5570 e 2710 de 5570, respectivamente (IBGE).

No que diz respeito a sua estrutura administrativa, a cidade de Cachoeira Bahia é dividida entre Executivo e Legislativo, sendo norteados por duas importantes leis que são a Lei Orgânica do Município da Cachoeira 2018 e a Lei Municipal N 804/2009.

No que se refere à intersectorialidade na Lei Orgânica do Município da Cachoeira 2018, fica notória a intenção de se ter um trabalho articulado e conjunto escrito no Art. 6º no Inciso: “II- A cooperação articulada com os demais níveis de governo, com outros municípios e com entidades regionais que o Município integre ou venha a integrar;” mas podemos observar que não fica evidenciada de forma clara essa articulação ou de que forma essa ação irá ocorrer no âmbito municipal, estadual

ou federal, assim deixando lacunas para que as entidades continuem a trabalhar de maneiras isoladas e setorializadas.

Já o Inciso III reza que: “O exercício da soberania e a participação popular na administração municipal e no controle de seus atos”. Nessa parte da nossa Lei fica explícito que há um espaço para que a sociedade venha participar das atividades e da elaboração de políticas públicas do município, talvez através dos conselhos e associações organizadas, que terão o poder de se expressar pelo povo.

Mas, é muito necessária uma revisão nas formas de se planejar, dando mais enfoque na questão intersetorial fazendo com que os setores criem estratégias de diálogos e articulações mais eficientes que venham de fato dar um retorno à sociedade.

Nesse sentido vamos nos aprofundar um pouco sobre a Lei Municipal N 804/2009, que dispõe sobre a organização, funcionamento da administração pública da cidade de cachoeira Bahia.

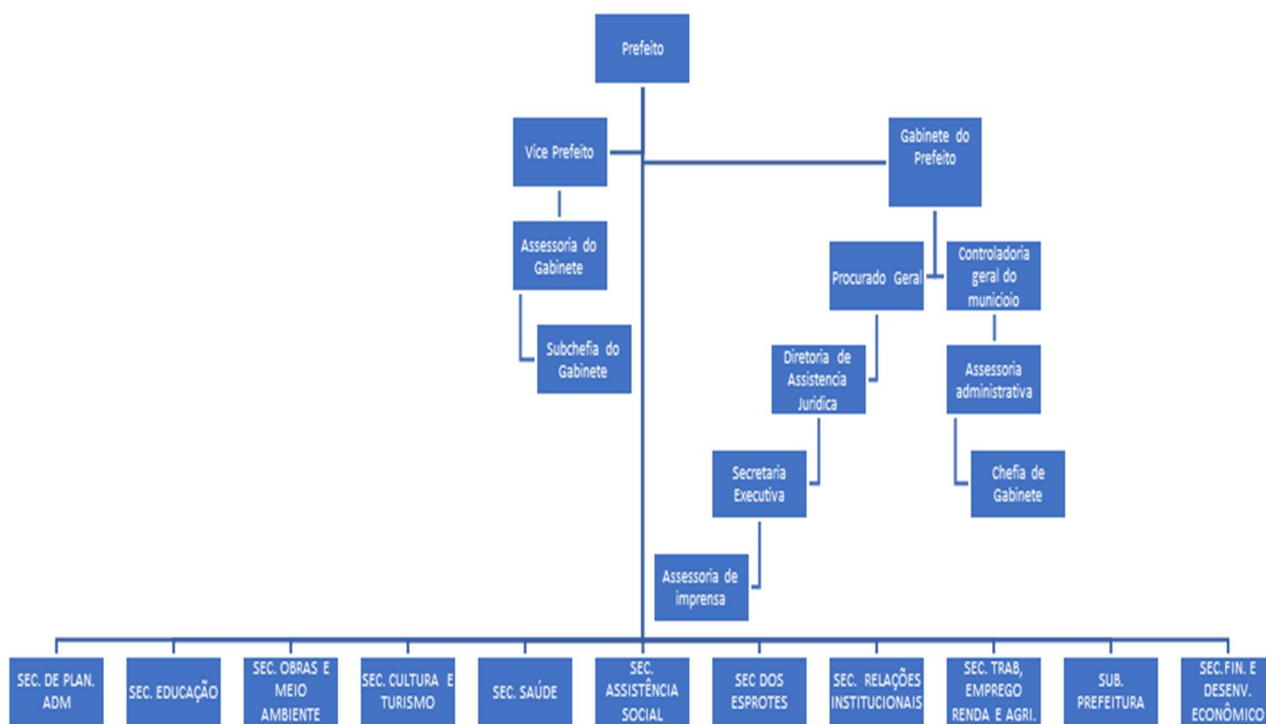
O capítulo II da referida Lei trata da estrutura municipal no que dispõe à composição dos seus referidos órgãos. Fica dividida em Gabinete do Prefeito, Gabinete do Vice-Prefeito, Secretaria de Planejamento e Administração, Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico, Secretaria da Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Obras e Meio Ambiente, Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Agricultura, Secretaria de Cultura e Turismo, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Esporte, Secretaria de Relações Institucionais, Sub sedes da Prefeitura Municipal instaladas nos Bairros, Povoados e Distritos.

Nessa Lei não se encontram pré-requisitos que venham caracterizar uma organização para políticas de cunho intersetorial, pois no seu corpo não remete a ações que venham estabelecer e obrigar as suas entidades a trabalharem de maneira integrada, visando um aproveitamento de tempo e recursos gastos em prol da sociedade.

Também podemos notar na gestão municipal uma centralização de poder nas mãos do prefeito, onde qualquer ação desenvolvida pelas secretarias tem que ser comunicada e supervisionada pelo olhar do gestor. Depois da aprovação das ações como pagamentos, compras, entre outras, essas demandas são encaminhadas a um

setor específico alocado na prefeitura para as devidas tratativas e execução, não sendo feitas diretamente pelas outras secretarias, assim dificultando às vezes o andamento das políticas públicas realizadas pelas entidades que formam a gestão como todo, como também o desenvolvimento de estratégias intersetoriais entre as mesmas.

Figura 2: Organograma do Executivo de Cachoeira, Ba, 2019



Fonte: LEI MUNICIPAL Nº 804/2009.

4. RESULTADOS

Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes. Martin Luther King

Este trabalho buscou analisar a percepção sobre a importância de políticas intersetoriais a partir da contribuição e falas dos secretários/membros do poder executivo no que diz respeito à implantação e implementação da intersetorialidade nas discussões das políticas públicas do município de Cachoeira Bahia.

Na sua grande maioria, no grupo de entrevistados, os quais possuem idades variadas entre 26 e 48 anos, existem pessoas bastante qualificadas para estar à frente das respectivas pastas, pois carregam em si conhecimentos que podem somar para um bom andamento das ações desenvolvidas em seus setores de trabalho, uma vez que suas formações se enquadram e permitem exercer a atividade a eles permitidas.

O Quadro 05 apresenta algumas informações sobre os sujeitos, mas evitamos colocar informações mais específicas, para evitar facilitar a identificação dos sujeitos.

Quadro 5: Dados gerais sobre os sujeitos entrevistados – Cachoeira, 2019

Membros	Sexo	Grau de formação	Formação
S1	F	Superior Completo	Lic. Pedagogia
M1	M	Mestre	Ciências Sociais Aplicadas
S2	F	Superior Completo	Administração
M2	F	Superior Completo	Administração
M3	M	2 grau Completo	
S4	M	2 grau Completo	
M4	M	Superior em andamento	Gestão Pública
M5	M	Superior completo	Lic. Matemática

Fonte: Elaboração própria

Neste cenário, a investigação identificou também as dificuldades e tensões de diversas ordens para tal articulação intersetorial, que afetam e obstaculizam esse processo conjunto e participativo, que pode trazer tantos benefícios na prestação de

serviços aos usuários, como também na economia de tempo e recursos das organizações que serão aplicadas às políticas públicas. Focou os entraves que as Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Assistência Social, Cultura e Esporte encontram para pôr em prática ações conjuntas entre os setores para a formulação/implementação de políticas públicas intersetoriais.

Ademais, foi necessário buscar o entendimento dos entrevistados sobre a sua percepção do que seria intersetorialidade para que tivéssemos uma melhor análise do que eles pensavam sobre o referido assunto. Na sua grande maioria, entendiam o assunto como uma parceira colaborativa entre os setores trabalhando de maneira conjunta e em parceria. Como relatara um dos entrevistados em sua resposta:

Intersetorialidade, pra mim, é o trabalho em conjunto, certo? É você fazer parcerias com outras secretarias, com outras instituições. Como por exemplo, a gente trabalha em parceria com a xxxx (secretaria de Estado), isso pra gente é o ideal, pra gente é o essencial esse tipo de trabalho. (S4).

Fica evidente que eles buscam fazer parcerias, mas, na sua grande maioria, se apoiam nas entidades e políticas intersetoriais estaduais e federais, esquecendo assim de criarem na esfera municipal esse trabalho conjunto de maneira articulada, pensada e estruturada entre as secretarias para que estas políticas venham ter melhores efeitos no território de Cachoeira, adequando-as ao contexto da cidade.

A intersetorialidade é a articulação entre as políticas públicas por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à proteção social, inclusão e enfrentamento das expressões da questão social. Supõe a implementação de ações integradas que visam à superação da fragmentação da atenção às necessidades sociais da população. Para tanto, envolve a articulação de diferentes setores sociais em torno de objetivos comuns, e deve ser o princípio norteador da construção das redes municipais. (CAVALCANTI; BATISTA; SILVA, 2013, p. 1-2)

Quadro 6: Categorias da Dimensão Percepção sobre intersetorialidade

Dimensão	Categoria
PERCEPÇÃO SOBRE A INTERSETORIALIDADE	<ul style="list-style-type: none"> • TRABALHO CONJUNTO COM VARIOS SETORES DA SOCIEDADE • SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS INTERLIGADOS • PARCERIAS • ARTICULAÇÃO DE SABERES

Portanto é possível notar, ao contrastar com as teorias sobre a intersetorialidade, que alguns sujeitos conseguem ter uma definição coerente sobre o conteúdo abordado, dando a entender que esta estratégia é indispensável para o bom andamento das ações desempenhadas pelas secretarias.

Dando seguimento a nossa análise, fomos em busca do entendimento dos entrevistados sobre o que eles acham sobre os pontos positivos e negativos/entraves e as possibilidades de atuação intersetorial (inclusive com entidades civis). O Quadro 07 traz as categorias da avaliação dos pontos positivos.

Quadro 7: Categorias da Dimensão Avaliação dos pontos positivos

Dimensão	Categoria
PONTOS POSITIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • FACILIDADE • FORTALECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS • POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO

Nessa dimensão ficou evidente que os entrevistados acham de grande valia o trabalho de forma intersetorial, pois, segundo os relatos feitos por eles, trabalhar dessa maneira os torna mais fortes e possibilita desenvolver atividades mais complexas de maneira mais organizada e de forma mais eficiente.

Bom, trabalhar de maneira conjunta já tá lhe dizendo, você fica mais forte. Você consegue as coisas com mais facilidades. Você não fica sozinho pra desenvolver uma coisa que você pode desenvolver com outras pessoas. Por exemplo, se você estiver sozinho pra fazer três coisas, é muito puxado. Mas, se você tiver três pessoas pra lhe ajudar a fazer as três coisas, é mais fácil. Porque cada um faz uma parte.(S4)

Com essa expectativa de resolver os problemas de maneira conjunta, trazendo mais tranquilidade e buscando mais eficiência no trabalho, Machado (2008) aponta que.

[...] As práticas intersetoriais, por se pautarem em articulações entre sujeitos e setores sociais diversos e, portanto de saberes, poderes e vontades diversas se apresentam como uma nova forma de trabalhar e de construir políticas públicas. Estas políticas devem possibilitar o enfrentamento de problemas e devem produzir efeitos mais significativos para as pessoas. Estas ações permitem certa superação da fragmentação de conhecimentos e das estruturas sociais, apontando um novo arranjo para a intervenção e participação para resolução de questões amplas e complexas. (MACHADO, 2008, p. 1)

Na categoria dos *Desafios e entraves*, as principais dificuldades relatadas pelos sujeitos investigados foram: a falta de diálogo entre as secretarias, a falta de compreensão e de reciprocidade, a falta de comprometimento e a o acolhimento dos problemas socioassistenciais. O fato de haver tais dificuldades entre secretarias pode ser considerado como algo negativo, pois, isso prejudica o andamento e a concretização das políticas intersetoriais.

Se analisarmos o conceito de intersetorialidade definido por Junqueira (2000, p.42) como: “a articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeitos sinérgicos em situações complexas visando o desenvolvimento social, superando a exclusão social”, é possível dizer que a intersetorialidade envolve principalmente o diálogo e a articulação de saberes e práticas. Logo, quando os sujeitos dessa investigação apontam tais dificuldades, fica evidente que as ações intersetoriais estão sendo em algum momento prejudicadas.

A falta de diálogo, por exemplo, é enfatizada no depoimento de um dos sujeitos:

Já os pontos negativos é que na maioria das vezes as secretarias trabalham de forma isolada. Por exemplo, quando você tem várias secretarias envolvidas, às vezes, você acaba se perdendo e não tendo uma otimização tão positiva, então esse é um problema. É preciso que o trabalho seja articulado de atores sociais e institucionais, ou seja, entre as pessoas, instituições e políticas que constituem a vida dos, municípios e comunidades. (S1)

No estudo de Peres, Grigolo e Schneider (2017), que buscou analisar os desafios da intersetorialidade na implementação do Programa de prevenção ao uso abusivo de drogas, a falta de diálogo e falta de compreensão também apareceram como dificuldades. Assim, pode-se dizer que tais dificuldades dialogam com os resultados dessa pesquisa e não ocorrem de forma isolada em um único município. Portanto é necessário um empreendimento que conscientize e desperte a dialogicidade entre os setores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou a percepção dos membros da gestão municipal de Cachoeira-Ba no que diz respeito às políticas públicas pensadas de maneira intersetorial, assim buscando o entendimento, entraves e perspectivas de se criar uma rede entre os setores da mesma, para uma melhor eficiência e eficácia nas resolutivas de questões sociais e corriqueiras do dia a dia dos processos municipais.

Por meio de entrevistas foi possível entender posições de diversos personagens sobre a abordagem e compreensão sobre a intersetorialidade e o seu papel nas novas formas de se fazer política pública. No geral, os respondentes entendem que o diálogo entre os setores é de fundamental importância, pois se estabelece uma forte parceria e que, com elas, eles se tornam mais forte. Eles também entendem que o resultado de uma ação intersetorial (em conjunto) é muito melhor do que uma atuação isolada, concordam que a intersetorialidade é a união em busca de um trabalho melhor.

Em relação aos entraves, muitos deles abordaram que a falta de comprometimento e interesses da equipe, bem como também a falta de diálogos e trabalhos isolados de algumas secretarias dificultam a articulação para que venham estabelecer uma parceria de sucesso nas resoluções dos problemas; apontam também a falta de compreensão de alguns gestores sobre a importância de apoiar as ações das secretarias a partir das quais a ação será prestada.

De modo que podemos observar que a intersetorialidade não é entendida de maneira geral entre os setores da gestão municipal como deveria ser, pois ainda existe o sentimento setorial muito forte entre as repartições, mesmo entendendo as necessidades de se romper com as estruturas setoriais. Se faz preciso o entendimento sobre as limitações do trabalho isolado e prejudicial ao bom andamento da máquina pública, assim desconhecendo o verdadeiro sentido da intersetorialidade que promove um olhar além da ação isolada em busca de estratégias democráticas nas quais se compartilhem saberes e poderes diversos para a resolução dos problemas atuais. Assim entende-se o maior desafio.

Fica também bastante evidente que não existem políticas pensadas e formuladas no município, ficando visível que as ações intersetoriais que são

abordadas no território municipal na sua grande parte ou são advindas do governo estadual ou federal.

É preciso que os gestores entendam a necessidade da criação de uma rede integrada entre as secretarias, de maneira que proponham políticas que abordem uma ação conjunta, compartilhada e articulada, tendo em vista que os usuários são os mesmos, sendo fundamental o diálogo dessas políticas na perspectiva da garantia de direitos e melhoria na qualidade de vida da população, tendo sempre em vista que o processo intersetorial é construído e que seu empoderamento não é espontâneo.

Reconhecemos que esse projeto de pesquisa não esgota a discussão sobre o estudo sobre as possibilidades da intersetorialidade no município de Cachoeira-Ba, deixando um estímulo para que outros pesquisadores se sintam na necessidade da continuação do estudo para que de fato venha se estabelecer uma rede de práticas intersetoriais, cooperando para a ultrapassagem do modelo de isolamento setorial.

Cachoeira é uma cidade que necessita uma revisão em suas leis, para que venham ser estabelecidas medidas que adotem maneiras intersetoriais, pois é preciso que permitam ações para superar fragmentações das estruturas sociais, apontando um novo modelo para intervenção e participação de vários atores para a discussão e a resolução de questões sociais amplas e complexas.

Pois esse esforço se faz necessário para tentar dar uma resposta mais rápida à população, buscando atender à ansiedade da sociedade por um governo mais efetivo na transformação da vida da população.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Danilo. Ciclo das Políticas Públicas. **Politize**. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/ciclo-politicas-publicas/>> acesso em: 5 de nov. de 2019.

ANDRADE, L.O.M. **A saúde e o dilema da intersetorialidade**. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 282.

BARDIN, L. (2006). **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70. 1977. p. 47.

BRONZO, Carla; VEIGA, Laura. Intersectorialidade e políticas de superação da pobreza: desafios para a prática. **Revista Serviço Social e Sociedade**. Ano XXVIII, n. 92, nov.2007.

COMERLATTO, Dunia et al . Gestão de políticas públicas e intersectorialidade: diálogo e construções essenciais para os conselhos municipais. Rev. **katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 265-271, Dec.2007 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000200015&lng=en&nrm=iso>. access on 10 Oct <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802007000200015>

COSTA, A. M.; PONTES, A. C. R.; ROCHA, D. G. Intersectorialidade na produção e promoção da saúde. In: CASTRO, A.; MALO, M. (Orgs.). **SUS**: ressignificando a promoção da saúde. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 107.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Administração pública e políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 813 a 836, dez. 2011. ISSN 1982-3134. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7016>>. Acesso em: out 2019

GARAJAU, N.I. Reflexões sobre a intersectorialidade como estratégia de gestão social. III **Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais**: Expressões Socioculturais da Crise do Capital e as Implicações para a Garantia dos Direitos Sociais e para o Serviço Social, Belo Horizonte, 2013. Disponível em <https://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/REFLEX%C3%95ES%20SOBRE%20A%20INTERSETORIALIDADE%20COM%20ESTRAT%C3%89GIA%20DE%20GEST%C3%83O%20SOCIAL.pdf> acesso em 7 de novembro de 2019.

INOJOSA, R. M. Intersectorialidade e a configuração de um novo paradigma organizacional. **RAP**. Rio de JANEIRO ~2(2):~5,48. MAR./AbR. 1998

JUNQUEIRA, L. A. P. Intersetorialidade, transetorialidade e redes sociais na saúde. **Rev. adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 35-45, nov./dez. 2000.

LAKATUS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MACHADO, Lurdes A. Construindo a intersectorialidade. Disponível em <http://www.saude.sc.gov.br/index.php/informacoes-gerais-documentos/conferencias-e-encontros/conferencia-estadual-de-saude-mental/textos/3153-construindo-a-intersectorialidade/file>. Acesso em Out. 2019.

MAIA, Marilene. Gestão Social: reconhecendo e construindo referências. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n 4, p. 1-18, dez. 2005.

MARTINS, C. Estevam. Cinco puntos acerca de la modernización de la administración pública en Brasil. **Reforma y Democracia**, Revista dei Clad, 1, 1994.p. 183.

MIOTO, R.C.T.; SCHÜTZ, F. Intersetorialidade na política social: reflexões a partir do exercício profissional dos assistentes sociais. In: DIPROSUL: **O Direito à Saúde e a Prevenção Social em Faixas de Fronteiras** – Um Balanço do Debate Acadêmico no Sul da América do Sul, 1, Pelotas, 2011.

MONNERAT, G.L.; SOUZA, R.G. de. Política social e intersectorialidade: consensos teóricos e desafios práticos. **SER Social**, Brasília, v. 12, n. 26, p. 200-220, jan./jun. 2009

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização**. São Paulo, Atlas, 1996.

PERES, G. M.; GRIGOLO, T. M.; & SCHNEIDER, D. R.; Desafios da Intersetorialidade na Implementação de Programa de Prevenção ao Uso Abusivo de Drogas. **Psicologia: Ciência e Profissão** Out/Dez. 2017 v. 37 n°4, 869-882.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16,p. 20-45,Dec. 2006 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=en&nrm=iso>. access on 10 Oct. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>.

SOUZA, Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In Hochman, G., Arretche, M. e Marques, E. **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro, Fiocruz. 2007. p. 66 e 67.

VIANA, Ana Luiza D'Ávila. Novos riscos, a cidade e a intersectorialidade das políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 23 a 33, mar. 1998. ISSN 1982-3134. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7697>>. Acesso em: outubro, 2019

APÊNDICES

Roteiro de Entrevista

Dados Gerais

- 1- Sexo: () masculino () feminino
- 2- Quantos anos? _____
- 3- Qual grau de formação?
- 4- Área de formação? _____
- 5- Atua em qual secretaria? _____
- 6- Qual o cargo?

Foco da Pesquisa

- 7- Sua secretaria tem ações conjuntas com outros segmentos da prefeitura municipal de cachoeira? se sim, cite algumas. Como acontecem estas ações?
- 8- Sua secretaria tem ações conjuntas com outros segmentos da sociedade civil? Se sim, cite algumas. Como acontecem essas ações?
- 9- Você acha importante o fortalecimento de políticas públicas pensadas de forma intersetorial? Por quê?
- 10- Quais as possibilidades de atuação que sua secretaria tem criado para realização de políticas públicas pensadas e planejadas de forma conjunta com outras secretarias e entidades da sociedade civil?
- 11- Quais desafios e entraves são encontrados para se trabalhar de maneira conjunta com outros setores na prefeitura municipal de Cachoeira-Ba?
- 12- Qual seu entendimento sobre a importância de se trabalhar de maneira conjunta, em parceria?
- 13- Para você o que é intersetorialidade e quais são suas finalidades, seus pontos negativos e positivos?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr.(a) para participar, como voluntári(o)a, da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulada **AS POSSIBILIDADES DE INTERSETORIALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA -Ba**, que está sob a responsabilidade do pesquisador Luiz Ricardo Santana da Silva, graduando na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL), e sob orientação da Profª Drª Lys Maria Vinhaes Dantas.

Este trabalho pretende analisar como a intersectorialização pode contribuir para implementação de políticas públicas no município de Cachoeira-Ba, como também discutir a importância da intersectorialização nas Secretarias de Cachoeira-Ba.

Vale salientar que os dados serão coletados a partir de entrevista semiestruturada. Os dados coletados nas entrevistas serão armazenados em computador pessoal, restrito de responsabilidade do pesquisador. Os resultados desta pesquisa serão utilizados para fins de análise do trabalho de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do pesquisador e poderão ser divulgados em eventos, revistas e meios de publicações científicas.

Após as informações destacadas até aqui, caso o (a) Sr.(a) aceite participar do estudo, rubricar com sua assinatura ao final deste documento que possui duas vias, sendo que uma ficará sobre sua responsabilidade e a outra com a pesquisador. O (a) Sr. terá total liberdade para responder a pergunta que lhe será dirigida ou até mesmo, se desejar, poderá retirar seu consentimento de participar do estudo. Sua identidade será mantida em total sigilo, a menos que, por livre e espontânea vontade, queira ser identificado.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá entrar em contato com a pesquisador responsável por meio do telefone (75) 9 91897284 ou e-mail: luizricardo_ss@hotmail.com.

Eu _____

li e/ou ouvi o esclarecimento acima e compreendi para que serve o estudo e qual procedimento a que serei submetida(o). Portanto concordo em participar do estudo.

Assinatura do Participante: _____

Assinatura do Pesquisador: _____

_____ BA, _____ de outubro de 2019